



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

**ATA N.º 6/2015**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

### **PRESIDENTE DA MESA**

**Manuel Augusto Meirinho Martins**

### **SECRETÁRIOS:**

**1.º Secretário – António Manuel Miranda dos Santos Serra**

**2.º Secretário – Sara Ramos Bilo**

### **SUBSTITUIÇÕES**

**José dos Santos Robalo** (*substituído por Tânia Cristina Pires Leal*)

**Manuel Joaquim Fogueiro Rito** (*substituído por Joaquim Lourenço da Brázia*)

**Patrícia Isabel Santos Quintalo** (*substituída por Fernando Augusto Batista Lopes – que não compareceu*)

**Presidente da Junta de Freguesia de Alfaiates** (*Substituído pelo Tesoureiro: Francisco Fernandes Vaz*)

**Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo** (*Substituído pelo Secretário Anibal Manso Mariano*)

**União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas** (*Substituído pelo Tesoureiro: José Caramelo*)

### **JUSTIFICAM A FALTA À PRESENTE SESSÃO:**

**Presidente da Junta de Freguesia de Casteleiro**

**Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva**

### **HORA DE ABERTURA:**

**Dezassete Horas**

### **LOCAL:**

**Auditório Municipal do Sabugal**





Às dezassete horas, dado haver quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**PONTO I** -----

**I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2015;** -----

Tomando a palavra, o **Senhor Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata a todos os Membros da Assembleia, tendo perguntado se algum Membro pretendia inscrever-se para intervir. Na sequência de inscrições, foi dada a palavra a: -----

**Carlos Manuel Luiz** tomando a palavra, cumprimentou os presentes e depois de desejar boas festas a todos, disse não corresponder à verdade o que consta na ata de não ter justificado a sua falta na sessão de 25 de setembro de 2015. Para o efeito disse ter enviado no primeiro dia útil, após a realização da sessão, para o Município do Sabugal, um ofício acompanhado de uma justificação em que justificava a sua ausência. Assim para todos os efeitos legais, enviou a prova material acompanhada do rosto da ata à Inspeção-geral. -----

**António Gata**, tomou a palavra, e depois de cumprimentar os presentes e desejar as boas festas, solicitou a correção de uma gralha constante na sua intervenção (página 12 da ata), ou seja onde está escrito “*sendo natural eu quem o acompanhava*” deverá estar escrito “*sendo natural eu que o acompanhava*”. -----

Relativamente à intervenção do senhor Carlos Luiz o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que não tinha recebido qualquer pedido de justificação de falta. A justificação de falta deve ser remetida nos termos da lei ao Presidente da Assembleia Municipal. Contudo, dado ter invocado o envio do correio eletrónico para a Câmara iria solicitar aos Serviços que averiguassem a situação. Para o assunto ficar resolvido poderia entregar cópia dos documentos enviados aos Serviços de Apoio. O Senhor Carlos Luiz entregou de imediato fotocópia dos



documentos oportunamente enviados relativamente à justificação da sua ausência na Sessão de 25 de setembro de 2015. -----

Não havendo inscrições o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 25/09/2015**, com as correções feitas pelo Senhor António Gata. Não participaram na votação desta ata os Senhores (as) António Luís Miranda dos Santos Serra, Patrícia Isabel Santos Quintalo, Presidente da Junta de Freguesia de Rendo, Carlos Manuel Luiz e Joaquim Lourenço da Brázia, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo. -----

## **PONTO 2** -----

### **EXPEDIENTE** -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **1.º Secretário** que, depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do expediente recebido: -----

- Ofício do **Presidente da Assembleia Municipal de Pinhel** a expressar os seus votos de boas festas; -----
- Ofício do Senhor **Presidente da Câmara Municipal de Sines** a expressar os seus votos de boas festas; -----
- **Justificação de falta**, à presente sessão, apresentada por **Patrícia Isabel Santos Quintalo**; -----
- **Justificação de falta**, à presente sessão, apresentada por **José dos Santos Robalo**; -----
- **Justificação de falta**, à presente sessão, apresentada por **Manuel Joaquim Fogueiro Rito**; -----
- **Justificação de falta**, à presente sessão, apresentada por **Maria João Xavier Perre Fonseca da Silva**; -----
- Ofício do **Presidente da União de Freguesias de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Freguesia, José Caramelo**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do





artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal; -----

- Ofício do **Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Freguesia, Aníbal Manso Mariano**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----
- Ofício **Presidente da Junta de Freguesia de Alfaiates** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Tesoureiro da Freguesia, Francisco Fernandes Vaz**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do artigo 43.º do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----
- Ofício do **Presidente da Junta de Freguesia de Casteleiro** a informar da **impossibilidade de comparecer na presente sessão**. -----

### **PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS** -----

De seguida, deu início à discussão do Ponto 3 – Assuntos Diversos do Período do Antes da Ordem do Dia, tendo perguntado se algum Membro pretendia inscrever-se. Usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia: -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa**, depois de cumprimentar os presentes e desejar as boas festas a todos, sobre a aplicação dos produtos fitofarmacêuticos nas zonas urbanas e de lazer referiu que a Lei n.º 26/2013 exigia, que fossem tomadas algumas condições para aplicação de herbicida a partir do início do ano de 2016. Era do conhecimento de todos que grande parte das Juntas de Freguesia gastava bastante dinheiro em limpeza urbana e dentro desta na aplicação e aquisição de herbicida. No entanto, com a entrada em vigor desta lei, nomeadamente o seu artigo 27º a qual refere: *“A atividade de aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação, por entidades públicas ou privadas que tenham serviços próprios que procedam à aplicação de produtos fitofarmacêuticos sem recurso à contratação de empresas de aplicação terrestre, é autorizada mediante comprovação de que tais entidades dispõem de: -----*

*Alínea d) Pelo menos um técnico responsável habilitado nos termos do artigo 7.º” -----*







No seu entender, o maior problema residia nas instalações e na aquisição de serviços de um técnico tendo por isso perguntado se a Câmara estava disponível para trabalhar com as Juntas de Freguesia, principalmente no que concerne ao armazenamento e Técnico responsável, na medida em acarretaria muitas despesas para a Junta de Freguesia. Caso contrário teriam de ponderar novas formas de limpeza urbana nas Freguesias.-----

**João Manso Dias**, depois de cumprimentar os presentes e desejar boas festas a todos, baseou a sua intervenção nos seguintes assuntos: -----

1. Relativamente ao Índice de Transparência Municipal do Concelho Municipal, à semelhança do que fizera no ano transato, verifica-se que, ano após ano, o Sabugal tem vindo a descer nesse mesmo ranking. No ano de 2013 o Sabugal estava no 56º lugar, em 2014 no lugar 136º e em 2015 no lugar 158º. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse ser necessário fazer alterações, nomeadamente na página da Internet do Município do Sabugal para tentar que o Sabugal ocupe uma melhor posição neste ranking. Informou ainda que o Município que ocupava o 1º lugar deste ranking em 2015 era o de Alfândega da Fé. -----
2. Avenida de São Cristóvão, apesar de o projeto ter sido submetido a discussão pública, após conversar com alguns habitantes do Soito, foi-lhe transmitido que não tinham conseguido analisar alguns pormenores técnicos, nomeadamente a recolha das águas pluviais. Exemplificou alegando que a recolha das águas das caleiras dos telhados, tal como a lavagem das escadas, iam para a via pública o que teria como consequência nos dias mais frios, essa água gelar, podendo mesmo arrancar os próprios paralelos da calçada. No seu entender, a água deveria ser canalizada para a valeta subterrânea. Outro problema que tem sido levantado prende-se com a falta de estacionamento, pois o comum cidadão não conseguiu identificar, no projeto submetido a discussão pública, estes pormenores. A situação do estacionamento deveria ter sido acautelada de outra forma. Para finalizar e no que ao término da obra para obtenção de financiamento dizia respeito disse lamentar que a obra se prolongasse ao ponto de poder perder o respetivo financiamento. -----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** que, depois de cumprimentar os presentes, disse: *“Senhor Presidente da Câmara! Às vezes as coisas tornam-se confusas, porque assim o queremos. No meu caso, confesso que, de alguma maneira, sinto que a Bismula, vem sendo sistematicamente, ano após ano, excluída da partilha do bolo atribuído à Câmara Municipal pelo Estado, como se lhe tivessem negado a devida oportunidade. O que refiro é uma história redonda*



*da Freguesia da Bismula que, quis o destino que eu seja o seu Presidente. É nessa e só nessa qualidade que me sinto atingido pela discriminação que me parece grassar no concelho no âmbito das Freguesias. -----*

*O serviço dum Presidente de Freguesia não é uma missão de "tripas ao sol" mas um compromisso assumido para com todos os habitantes da sua Freguesia: de zelar pela sua autoestima e qualidade de vida, essencialmente. Diariamente aparecem pessoas a apresentar coisas que exigem respostas céleres. Claro, não é ao Presidente da Câmara que apresentam as suas solicitudes. Mas querem que o Presidente de Junta lhes dê explicações justificativas disto ou daquilo. Se é ou não é da sua competência, isso não lhes interessa! -----*

*Eu sei que para o Senhor Presidente muitas freguesias " como a Bismula" não contam. Lá existirão só pessoas malvadas, que serão como aquelas pessoas que convidam para uma festa e não aparecem, mas também ninguém dá por isso. Logo têm tempo... -----*

*Contudo, creia, senhor Presidente, para mim, são necessárias explicações do porquê da não inclusão nesta Assembleia de nenhuma das seis petições da Freguesia, por si corroboradas e aceites verbalmente. Contudo, Senhor Presidente, eu não estou aqui para chatear, ou insultar, alguém, isso não o merece, estou aqui para resolver, ou pelo menos tentar resolver, os problemas das pessoas da minha Freguesia a Bismula. Sei também que o sentimento não lhe é estranho. Mas o amor próprio é mau substituto da inteligência, porque facilmente tapa com a peneira aquilo que se tenta ocultar, mas que pode e deve ser visto. -----*

*Assim, a máxima de que todos somos iguais perante a lei, carece de realidade no nosso concelho do Sabugal. Governar, significa gerir bem o que é de todos. Para que isso aconteça tem de implicar uma justa distribuição dos recursos. -----*

*Quem prejudica uma aldeia nessa distribuição não promove uma uniforme" autoestima e "qualidade de vida" a todos os munícipes do seu concelho e, por tal, um dia, será responsabilizado.-----*

*A recusa em admitir a sua superficialidade, da retórica e não trilhar um caminho reto, de justiça, direção e mando, Senhor Presidente da Câmara, é essa a sua página negra, que falta apagar no seu legado de Presidente. Dá-me pena, mas não posso ajudá-lo, se você não se ajudar a si próprio.-----*






*Tenho de admitir que admiro a sua tenacidade. Mas, também pode contar com a minha. Sabe, eu não queria ser a sua sombra da noite, mas, passados estes dois anos do seu segundo reinado, não me deixa alternativa, mas não permitirei que a Bismula seja abandonada. -----*

*Por agora, termino, com a solicitação dum espírito solidário, entre todos aqueles que, como eu, têm a difícil tarefa sobre os seus ombros de "servir o seu Povo" enquanto os convido a lutar contra a desigualdade e a indiferença. Enquanto auguro para todos os intervenientes nesta Assembleia, um 2016 regenerador com alguma certeza e tranquilidade, trazendo um novo rumo a este navio onde todos estamos embarcados." -----*

Depois de cumprimentar os presentes, **Carlos Manuel Luiz**, proferiu as seguintes palavras: “*Em 2014, tive oportunidade de apresentar a esta Assembleia uma Moção que dizia respeito à água do nosso Concelho, mais propriamente ao problema das águas da Empresa “Águas do Zêzere e Côa” e, na altura da votação, essa Moção passou à tangente. Foi a primeira vez que em toda a minha vida como parlamentar e homem de ação pública vi uma Moção que vertia e verte um problema que é crucial para a vida das pessoas, passar mesmo à tangente por escassos três ou quatro votos. Nas jornadas parlamentares do PS, que tiveram lugar na Beira Interior, António Guterres prometeu, em 1991, que, quando fosse Primeiro-Ministro ou quando o Partido Socialista fosse Governo, a Barragem do Côa seria uma das prioridades, não só para o abastecimento de água às populações mas também como complemento para o regadio da Cova da Beira. Essa promessa foi cumprida.-----*

*A empresa Águas do Zêzere e Côa, com os Municípios que a ela aderiram, mantiveram um litígio, o qual se mantém ainda hoje. Em junho deste ano, o então Ministro da Tutela convida os Presidentes de Câmara que constituíam a empresa das Águas do Zêzere e Côa, a estabelecerem um Protocolo que foi negociado Município a Município. Todos os contratos foram assinados mas, num contrato desta natureza em que intervém o Poder Local e a Tutela, isto é, o Governo, é necessário homologá-lo. Acontece que a maioria dos contratos, já desde o mês de agosto, se encontravam na Secretária do Senhor Ministro e os últimos contratos, um ou dois, chegaram nos primeiros dias do mês de setembro. Passaram os meses de setembro, outubro e novembro e os contratos não foram homologados, quando bastariam cinco minutos para o serem. Esses contratos, neste momento, não têm qualquer validade porque não foram homologados. Nesses contratos constava a promessa de reduzir em 20 milhões de euros nos cerca de 100 milhões de dívidas à referida empresa. Esta é a*





*informação que obtive junto de fontes credíveis porque sempre me preocupei com o abastecimento de água ao Concelho e à região, porque a água é vital, a água é um elemento “sagrado”.-----  
Nestas condições é impossível viver ou sobreviver neste Concelho, onde se tem de pagar IMI, saneamento, água e eletricidade com pensões sociais de cerca de trezentos euros por mês, em média.”-----*

**João Manata**, depois de cumprimentar os presentes e desejar boas festas a todos, usou da palavra para referir cinco situações: -----

1. O ano passado a Câmara Municipal a pedido da Santa Casa da Misericórdia do Sabugal retirara o ninho de cegonhas da Igreja da Misericórdia. As cegonhas laboriosas, lutadoras e resistentes voltaram a fabricar o ninho. Este ano decidiram ser mais teimosos do que elas e puseram ali uma “gerigonça” num Monumento Nacional que achava ser terrível. Assim, perguntou qual o efeito da “gerigonça” e qual a sua finalidade? -----
2. Na rua ao lado da Caixa de Crédito Agrícola, que ficou com o sentido para a Rua 5 de Outubro, “que vem daquela travessa que tem uma lavandaria seleta e tem um espelho parabólico em frente” deveria ter um STOP porque alguém que ali passasse, apresentando-se pela direita tinha prioridade podendo causar um acidente e quem circula na via prioritária seria considerado culpado. A outra via tem pouco movimento mas poderá haver conflitos. --
3. O circuito à beira do rio, embora fosse novo, desconhecendo se a Câmara já recebera a obra, afirmou que o piso estava a ficar todo destruído, inclusive havia madeiras no piso da ponte que estavam a estragar-se e não custava nada a câmara acionar a garantia para arranjar esses espaços, dando logo outro aspeto. -----
4. Desconhecia quem tinha escolhido a música de Natal, mas perguntava como é que num país que tinha músicas de natal bonitas e editadas, porque havia um cancionário natalício bonito, só tinham passado música anglo-saxónica e músicas americanas. Deveria ser revisto este critério porque a Câmara Municipal também tinha obrigação de apoiar a nossa cultura. -----
5. Avenida de São Cristóvão do Soito, nem punha em causa se estava bonito ou não. Aquilo mais parecia a Igreja de Santa Engrácia que demorara séculos a fazer. Não há nada que justificasse o que tempo que estava a levar a execução daquela obra. -----



Depois de cumprimentar os presentes, **José Ilídio Clemente** usando da palavra disse que iria fazer uma intervenção um pouco individualista mas no seu entender seria oportuno. Assim disse: *“Hoje mais do que nunca a utilização da expressão de cumprimento do que atrás enunciei é por demais apropriada. Na sequência da celebração do nascimento do salvador quando os dias começam a crescer também os meus sentimentos de renovação de votos e de esperança de vida fazem crescer o desejo de aproximação daqueles que me são mais queridos. Tirando, naturalmente, a minha família e aqueles que residem sempre no meu coração, compete – me esclarecer sempre demonstrados mesmo quando defendemos posições opostas, mesmo quando me insurgi com algumas posições que não partilho, por experiência de vida, formação, credo ou ideologia, o que sempre vos tentei transmitir foi o meu sentir, nem sempre de forma doce ou apapricada, porque nasci antes e próximo do solstício de inverno para celebrar esta quadra desde o tempo que me alimentava no peito de minha mãe, porque sou beirão como o Lince da Malcata, porque sou Raiano, porque sou livre e democrata. Por viver com a emoção entre o coração e a boca e por vezes sai um dito não adoçado, tal como este tempo nos tenta, sugere e precisa. Agreste, sem intenção de ofensa, peço-vos licença por vos estimar como se fossem um só corpo comigo, é este o meu sentimento hoje e sempre. E é desse afeto que vos quero aquecer o vosso estimado coração que se torna quente tal como o meu é. Como se vivesse num país tropical, idílico onde gostaria de vos encontrar. Se existir no vosso coração qualquer ressentimento peço-vos que me desculpem. Se as vossas memórias turvam com algo que vos disse, peço-vos que o esqueçam. Se a dúvida se instalou em vós quanto às minhas intenções, livrem-se delas pois quero que saibam que não foi com essa intenção e não sou de guardar rancor. Se mesmo assim ainda estiverem de pé atrás, lembrem-se que o verdadeiro equilíbrio é com os pés juntos, os vossos juntos dos meus. Por tudo vos digo, que esta minha declaração não é um ato de contrição, também não pode ser, pois estou-vos a falar de coração aberto, não arrependido. Contínuo lúcido e consciente do meu dever e dedicação às causas que há muito abracei, essas mesmas que já conhecem e não abandono e que vêm todas do coração, esse coração que se não fosse meu eu não seria quem sou, um vosso amigo ao dispor e por isso me disponho a ousar dar-vos a conhecer o que de melhor possuo, o meu coração. Só que nesta quadra, um coração maior e melhor veio prometer o futuro, na lembrança dessa promessa ocorreu-me lembrá-la celebrando a esperança também renovada de um Governo da Nação que pede licença para governar. Neste Governo encontro sentimento relativamente ao passado ante a procura de outros caminhos para o futuro e ainda só percorreu meia dúzia de dias dum promitente Mandato. Os bons exemplos que vêm do alto político merecem ser destacados, anotados e repetidos para que se cumpram os votos do alto do salvador. Numa altura em que os anjos do céu são chamados à luta compete aos anjos da terra não descurar as suas obrigações, por isso vos desejo do fundo do*







*coração, aos presentes, familiares e amigos, uma santa e feliz quadra natalícia e se possível um ano novo definitivamente renovado onde todos os Homens possam celebrar a paz, a concórdia, tal como a promessa que veio do alto e celebramos agora. Que Deus abençoe a minha pátria para sempre.* -----

**Joaquim Leal**, depois de cumprimentar os presentes, usou da palavra para dizer que na última Assembleia do ano de 2015 entendera que deveria subir ao palanque para referir três ou quatro aspetos que lhe pareciam ser importantíssimos para o Concelho. -----

1. A bonita ideia que a Câmara tivera em implantar no Largo da Fonte um magnífico presépio que levava o nome do Sabugal do Norte ao Sul do país. Mas não tinha sido apenas promover o Sabugal, mas também trazer pessoas que não conheciam as nossas terras e que por esta via tinham tido oportunidade de conhecer o nosso património, degustar os bons pratos dos nossos restaurantes conhecendo assim a nossa gastronomia e só por isso a Câmara estava de parabéns, a Câmara e os seus recursos humanos, pois tinha ficado provado que a Câmara tinha recursos humanos e materiais para fazer obras que poderiam promover e trazer gente para o Sabugal. A Câmara desta forma e na sua opinião finalizara bem o ano. A Câmara ao longo de 2015 promoveu ações e eventos relevantes para o Concelho; -----
2. Inauguração do Hotel do Cró e pleno funcionamento das suas Termas, o qual constituía um motivo não só promocional como também para trazer gente ao Concelho, pois a nível nacional todos falavam da existência desta infraestrutura no Sabugal; -----
3. Aproveitou para informar que uma terra que a cada dia tinha menos gente, que deveria ser uma preocupação de todos, face à elevada taxa de mortalidade não superada pela taxa de natalidade, ficando até surpreendido quando numa terra onde não há matérias-primas e mão-de-obra e um investidor vinha criar no Sabugal 60 postos de trabalho. Estava a referir-se à empresa Bi Silque (cuja sede iria ficar localizada na Freguesia do Soito) que iniciara a sua atividade preliminar com a tentativa de recrutamento de 50/60 pessoas e tivera conhecimento, junto dos respetivos serviços, da existência de 100 pessoas inscritas nesse âmbito das quais 25 já tinham sido contactadas para iniciarem uma ação de formação. Tratava-se de uma iniciativa que vinha alegrar os Sabugalenses; -----
4. A Empresa Matibom, também se tinha fixado no Sabugal e era o exemplo de outro grande investimento privado neste Concelho; -----







Assim, disse estarem perante bons indicadores para acreditar no futuro, manifestando o seu reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara, António dos Santos Robalo, por ter conseguido trazer o investidor de Ovar para o Sabugal, pois não será fácil conseguir arranjar 60 pessoas para trabalhar na sua empresa, por falta de mão-de-obra. Finalizou a sua intervenção deixando os seguintes desejos para o ano de 2016: -----

- a) Que o senhor Presidente da Câmara consiga a abertura do Tribunal; -----
- b) Que a Câmara através deste novo Governo, consiga ligar o Sabugal aos principais eixos rodoviários, porque até hoje tínhamos sido esquecidos. -----

Findas as intervenções deste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, depois de cumprimentar os presentes, respondeu às questões formuladas pelos membros da Assembleia:-----

Começando pela intervenção feita pelo Senhor **Joaquim Leal**, disse continuar a trabalhar afincadamente naquilo que achava ser o mais importante para o Concelho, trazer empresas e pessoas pois eram elas que criavam postos de trabalho, riqueza e dinâmicas novas no Concelho. ----

Dirigindo-se a todos os Membros da Assembleia disse: *“Vocês são uns observadores muito atentos, efetivamente aqui na Assembleia Municipal, venho sempre preparado para receber informações em primeira mão.”* O senhor **João Manso** disse que a obra do Soito não iria ser financiada, de facto desconhecia essa informação, mas provavelmente teria algum privilégio que o Presidente da Câmara não tinha e lamentava o facto de a Avenida de São Cristóvão não ter financiamento. -----

O principal interlocutor na Freguesia, é a Junta de Freguesia, tal como na Freguesia do Soito, sendo a partir dela que aferimos a vontade daquilo que pretendem os fregueses, porque se estes escolheram aquele Presidente de Junta, significa que têm nele. De seguida disse: *“A verdade é que a Junta de Freguesia deixou na Câmara Municipal do Sabugal a seu tempo, uma nota positiva relativamente ao projeto da Avenida de São Cristóvão e é esse projeto que vai sendo cumprido dentro das possibilidades e disponibilidades que a Câmara tem.”* Confirmou a morosidade da obra, também referida pelo Senhor João Manata, e recordou a título de exemplo a morosidade verificada nas obras do Sabugal que após a sua conclusão, todos tinham constatado que a obra ficara muito



bem e bonita, excetuando a falta do sinal de STOP solicitado pelo Senhor **João Manata**, da qual tirara a devida nota.-----

Continuando e quanto ao ranking do Índice de Transparência invocado pelo Senhor **João Manso**, disse estar empenhado em que a Câmara Municipal subisse em todos os escalões, nomeadamente no Índice de Transparência, desconhecendo se a Empresa que faz esse estudo será ela própria também transparente e credível. Mas a esse respeito aproveitou a oportunidade para recordar a existência de um estudo feito há alguns anos atrás, que tinha posicionado o Município do Sabugal em último lugar relativamente à qualidade de vida e, na altura tinha sido o assunto discutido na Assembleia Municipal e ninguém sentia que fosse o pior em qualidade de vida mas eram esses os estudos e dados que existiam na altura. Não escondera que o *site* da autarquia sofrera um ataque informático em maio do corrente ano e tiveram de certa forma algumas obrigações perante quem ficara incumbido de averiguar a origem desses *hackers* sendo uma delas a proibição de se mexer no *site* mantendo a informação institucional que ele tinha. Na presente data estavam a resolver a situação sendo previsível que o *novo site* estivesse disponível em breve. -----

Em resposta à questão colocada pelo **Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa** quando à aplicação dos produtos fitofarmacêuticos nas zonas urbanas e de lazer, disse que a existência de um Técnico coordenador dessas atividades implicava um custo quer para a Câmara quer para as Juntas de Freguesia, motivo pelo qual o Orçamento para 2016 a ser discutido na presente Sessão previa, para os Acordos de Execução, em vez do valor de 350.000,00 € o montante de 700.000,00 €, precisamente para as Juntas de Freguesia poderem disponibilizar parte dessa verba na qualificação dos serviços a prestar. O que não queria dizer que não pudessem agendar uma reunião sobre o tema e abordarem em conjunto por forma a agilizarem os procedimentos a implementar. -----

Quanto à questão colocada pelo Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Bismula**, disse estar a ser executada uma obra na Bismula que o mesmo ambicionava de cerca de 60.000,00 €, a qual visava dar resposta a uma das situações sobre as quais tinham previamente dialogado, não tendo percebido por isso o motivo da intervenção feita. -----

Relativamente à Empresa Águas do Zêzere e Côa, referida pelo Senhor **Carlos Luiz** disse tratar-se de um assunto abordado na Assembleia Municipal por diversas vezes. Quanto à exposição que tinha feito na intervenção sobre o assunto apenas acrescentou uma nota extremamente importante para a avaliação da extinta Empresa Águas do Zêzere e Côa quer para o comportamento dos vários Municípios e do próprio Ministério: *“houve efetivamente atraso na recolha de assinaturas do*





*memorando de entendimento por parte de alguns Municípios, atraso esse que levou à presença do dossier na secretária do Sr. Ministro em cima do processo eleitoral das legislativas”.*-----

Não compreendia a última frase quando referiu que os munícipes com 300,00 € não podiam pagar IMI, eletricidade e água, pois para aqueles que *não têm condições de pagar há a possibilidade de requererem à Câmara apoio para essas situações, as quais estão previstas em Regulamento.*” -----

A questão do ninho de cegonhas enunciada pelo Senhor **João Manata** deverá ser dirigida à Santa Casa da Misericórdia do Sabugal, proprietária do imóvel a qual licenciou todas as obras junto da Câmara e de outras Entidades a quem a Câmara tinha de prestar contas. -----  
Quanto ao Rio disse estar feita a avaliação das deficiências detetadas, aguardando-se melhoria das condições climatéricas para poder intervir. -----

Por solicitação o Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Bismula**, para esclarecer ter tido conhecimento da obra a ser executada na sua Freguesia após ter sido referida na presente sessão pelo Senhor Presidente da Câmara na resposta dada à sua intervenção. De facto vira algumas máquinas mas não tinha havido qualquer comunicação por parte da Câmara no sentido de ser executada qualquer obra, muito menos que era para fazer a obra cujas verbas pedira há dez anos. Na sua intervenção referira-se aos apoios a conceder a diversas Freguesias e a Junta de Freguesia de Bismula não estava incluída. Após ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente da Assembleia o Senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para em resposta declarar ser do seu conhecimento que o Senhor Vereador Vítor Proença, antes de iniciar a obra, esteve na Bismula onde conversara sobre o assunto com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bismula. Quanto aos apoios a conceder às Freguesias não era possível atribuir apoios a todas as Freguesias do Concelho pelo que na sessão de hoje seriam analisados alguns pedidos e posteriormente viriam apoios a conceder a outras Freguesias. -----

## ORDEM DO DIA

**PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA:** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Assim, disse terem sido convocados todos os Presidentes de Junta de





Freguesia do Concelho para a realização de reuniões individuais, na qual apenas tinham comparecido 25 dos 30 Presidentes de Junta, na qual tinham sido identificadas diversas situações que careciam de intervenção, algumas das quais estavam agora em discussão, tendo em conta o Orçamento e os cabimentos possíveis e enquadráveis no Orçamento de 2015. -----

Iriam trabalhar de acordo com o Regulamento de Apoio às Juntas de Freguesia e no âmbito dos Acordos Interadministrativos. Os apoios propostos estavam devidamente identificados e se houvesse alguma dúvida relativamente a qualquer apoio a conceder responderia caso a caso. -----

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia inscrever-se para intervir. Não havendo inscrições para intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**: -----

- a) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Cerdeira**, no valor de 2.111,00 €, para um evento cultural - feira com produtos locais, que se realizou na Freguesia de Cerdeira;-----
  
- b) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Associação de Freguesias da Raia Sabugalense**, no valor de 5.000,00 € para a Feira Anual denominada Feira dos Santos, que se realizou na União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos, que contou com diversas atrações tais como, tasquinhas, festival do caldo, prova de jeropiga, magusto e música de animação para crianças;
  
- c) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Águas Belas**, no valor de 13.000,00 €, para se proceder à Pavimentação de diversos Arruamentos. Estes trabalhos dizem respeito à pavimentação dos seguintes arruamentos: -----

Vale Mourisco	Rua do Eiró	3.468,43 €
Águas Belas	Rua Emília Saldanha	5.135,70 €
	Estrada Principal	11.130,00 €
Espinhhal	Travessa da Escola	5.247,32 €
Total a Transferir		13.000,00 €





- d) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Aldeia do Bispo**, no valor de 9.000,00 € para se proceder à Requalificação da Rua do Corro, cujos trabalhos previstos são a demolição e construção de parte de um edifício adquirido recentemente pela Junta de Freguesia e que se encontra completamente degradado. Prevê-se a demolição de uma parte e o espaço sobrance e envolvente vai ser requalificado com a pavimentação e a alteração dos passeios; -----
- e) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Aldeia do Bispo**, no valor de 9.000, 00 €, para se proceder à demolição de uma parede em alvenaria de pedra que faz parte de um edifício confinante com a Rua do Fundo, em Aldeia do Bispo. Este edifício está completamente fora do alinhamento, causando grandes dificuldades na circulação automóvel nesse local. Uma vez que a Junta de Freguesia conseguiu chegar a um acordo com o proprietário, está prevista a sua total demolição e construção com materiais de iguais características e a pavimentação da área cedida para a via pública; -----
- f) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Aldeia Velha**, no valor de 17.000,00 €, para se proceder à realização de obras de restauro de todo o interior na Casa do Povo em Aldeia Velha. Estes trabalhos constam do revestimento de vários compartimentos em azulejo, substituição das loiças de 3 casas de banho, incluindo canalizações de águas e esgotos, aplicação de mosaicos nos pavimentos e a substituição dos portados interiores e exteriores; ---
- g) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Alfaiates**, no valor de 8.000,00 €, para se proceder à realização de trabalhos de pavimentação e arruamentos, execução de muro de suporte em betão armado e fornecimento de areia para a zona balnear da Barragem de Alfaiates. O trabalho de pavimentação e drenagem dizem respeito à Travessa de São Miguel, sendo a execução do muro de suporte em betão armado na Rua da Vinha; -----
- h) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Baraçal**, no valor de 15.000,00 €, para se proceder à Requalificação de um muro de contenção do terreno onde se situa a antiga escola primária e que presentemente se destina a museu da freguesia. Estes trabalhos constam da







demolição do muro existente e posterior construção, incluindo a vedação em alvenaria de pedras e pilares também em pedra; -----

- i) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Cerdeira do Côa**, no valor de 18.000,00 €, para se proceder à Construção de um muro em betão armado, colocação de comportas no Rio Noémi e a construção de 2 grelhadores. Fazem parte destes trabalhos a construção de um muro de suporte em betão armado com a colocação de 4 comportas em ferro, resguardo para as comportas com portão e ainda a construção de dois grelhadores revestidos a tijolo burro e a colocação da cobertura desse espaço de lazer; -----
  
- j) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Fóios**, no valor de 8.000,00 €, para se proceder à execução de um projeto denominado “*Espaço do Lameirão em Fóios*”, cujos trabalhos a realizar constam da execução de paredes com o revestimento exterior a xisto e granito, incluindo argamassa de assentamento e transporte de pedra e xisto; -----
  
- k) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia da Rapoula do Côa**, no valor de 12.000,00 €, para se proceder à Requalificação do parque Infantil, em Rapoula do Côa. Destes trabalhos constam a demolição de muros existentes e posterior construção e o fornecimento e aplicação de cubos de granito, lancis e o fornecimento e aplicação de portões de acesso ao referido espaço; -----
  
- l) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à União de Freguesias de Lageosa e Forcalhos**, no valor de 12.000,00 €, para se proceder à reparação e conservação do Edifício da Antiga Escola Primária de Forcalhos. Fazem parte destes trabalhos todas as infraestruturas elétricas, rede de águas e saneamento, conservação da cobertura, remoção do pavimento em madeira e colocação de mosaicos, demolição do teto e colocação de tetos falsos em placas de gesso cartonado e a substituição de todas as caixilharias de madeira por alumínio termo lacado; -----
  
- m) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à União de Freguesias de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba**, no valor de 2.500,00 € para promover a feira e mostra dos produtos





locais que se realizou no dia 22-11-2015, para fazer face a despesas relacionadas com a realização de diversos eventos culturais, nomeadamente a mostra e venda de produtos da terra, bolos tradicionais, artesanato local e animação de rua com músicos e outros participantes, resultando deste evento uma valorização do património e dos produtos locais, bem como outros recursos existentes; -----

- n) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos**, no valor de 11.000,00 €, para se proceder à Reparação e Conservação do Edifício da antiga Escola primária de Vilar Maior. Fazem parte destes trabalhos todas as infraestruturas elétricas, redes de água e saneamento, conservação da cobertura, reparação e pintura de todas as paredes quer no interior quer no exterior e a reparação das caixilharias, incluindo os estores; -----
- o) **Autorizar**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, a **atribuição de apoio à Freguesia de Vale de Espinho**, no valor de 17.000,00 €, para se proceder à reabilitação de muros de contenção no Caminho das Courelas, Rua do Cabeludo e Rua do Cabecinho, cujas estruturas serão em betão e pedra de dimensões reduzidas, incluindo cofragem de uma das faces para regularização dos muros. Estão também previstos trabalhos de drenagem, onde serão aplicadas manilhas de cimento. Os acabamentos serão parte deles feitos em asfalto nas zonas de intervenção e outros em paralelos idênticos aos existentes. -----

Pela Senhora **Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais** foi feita a seguinte **declaração de voto**: *“Quero pedir desculpa a todas as Juntas de Freguesia pelas quais eu votei contra. Também sei que esse voto é insignificante e em nada iria alterar na aprovação dos apoios. Senhor Presidente da Câmara gostaria de ter a prova de ter sido convocada para a reunião dos 30 Presidentes de Junta de Freguesia, pois não me recordo de ter recebido qualquer convocatória para essa reunião, possivelmente fui eu que não a li mas gostaria de ter a prova de que fui convocada para essa reunião.”* -----

## **PONTO 2 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE NO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL;** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que iria realizar-se uma reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia para apresentação de proposta relativa ao ponto agora em análise. Assim e para esse efeito iria decorrer um intervalo de 5 minutos. -----



Retomados os trabalhos o Senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se havia possibilidade de haver consenso entre as duas propostas apresentadas. Uma proposta apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista propondo o Senhor José Augusto Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Bismula e uma proposta apresentada por um conjunto de Presidentes de Junta de Freguesia a propor o Senhor Paulo Jorge Mota Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Velha. -----

Perante a solicitação feita pelo Senhor **Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Senhor **Luís Gonçalves** que usando da palavra disse: *“obviamente que perante a proposta apresentada pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia o Partido Socialista retira a sua proposta.”* -----

Assim, foi colocada a votação, por escrutínio secreto, a proposta consensualizada por todos os Membros da Assembleia, indicando o **senhor Paulo Jorge Mota Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Velha para representar a Assembleia Municipal do Sabugal no Conselho Cinegético Municipal**, tendo sido apurado o seguinte resultado:-----

Votos a Favor: 49 -----

Votos Contra: 4 -----

Abstenções: 3 -----

**PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVAS AO PROTOCOLO DE PARCERIA CELEBRADO COM O FÓRUM FLORESTAL – ESTRUTURA FEDERATIVA DA FLORESTA PORTUGUESA;** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Assim, disse que este ponto tinha a ver com um pedido de colaboração do Fórum Florestal pelos Técnicos Municipais do projeto de desenvolvimento local Sabugal+ Valor. O trabalho iria decorrer durante o período de 2 anos, ou seja 2015-2016, sendo por esse motivo necessária autorização para assumirem compromissos para o ano de 2016. Assim, no mês de janeiro iriam constituir o consórcio para a Agência de Desenvolvimento Local que será responsável conjuntamente com o Município, pelas candidaturas às várias oportunidades dos fundos comunitários, na qual iriam contar também com o apoio das associações locais, nomeadamente a Coopção, a Acrisabugal, a ADES e o Fórum Florestal. -----







Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições foi o assunto colocado à votação tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Quadrazais, **autorizar a assunção de compromisso plurianual relativa ao Protocolo de Parceria celebrado com o Fórum Florestal – Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa.** -----

#### **PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MUNICÍPIOS - CASTELOS DA RAIA;** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Começou por dizer que o facto de esta Associação criada em 1996 estar a criar problemas para a Câmara Municipal de Trancoso, na qual estava localizada a sua Sede, o presente pedido de extinção da Associação foi requerido pelo Presidente da Câmara Municipal de Trancoso a todos os Municípios associados, motivo pelo qual estava na presente sessão a ser discutido. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições foi o assunto colocado à votação tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, com o voto contra da Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Quadrazais, **autorizar a Extinção da Associação Cultural de Municípios - Castelos da Raia;**-----

#### **PONTO 5 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA 2016;**-----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** passou a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que sobre a apresentação destes documentos disse que embora o documento tivesse sido distribuído, faria uma sucinta apresentação sobre o mesmo: -----

Em primeiro lugar todos conheciam as contingências não apenas do Estado da Nação mas também do Concelho em termos Orçamentais, pois atualmente, e contrariamente àquilo que acontecia há poucos anos, o nosso Orçamento era carregado de receita e despesa corrente de manutenção de serviços e pouco ou quase nada, cerca de 20%, de receita de capital para investimento, e isso traduzia-se também na própria atividade autárquica. Ao longo destes anos de mandatos dizia que o facto de não haver dinheiro para investimento obrigava a Câmara e as Juntas de Freguesia a terem





cada vez mais direcionados e priorizados os novos investimentos. As transferências correntes do Estado permitiam manter os espaços limpos e qualificados, obrigando-os a esse exercício permanente. Por isso cada vez mais era prioritária a qualidade dos serviços prestados quer na Câmara quer nas Juntas de Freguesia, nomeadamente a qualidade dos espaços públicos, das atividades, da promoção das Aldeias, Vilas e Cidade do Sabugal, da promoção do património. O reflexo constava do Plano e Orçamento. Havia no documento um conjunto de “chavões” de planeamento no âmbito do Portugal2020, mas também um conjunto de novas ideias e novos projetos para o Concelho. -----

Para além da vontade e disponibilidades das receitas e da capacidade para arrecadar receita, que é pouca porque a atividade económica não tem o dinamismo desejável. *“Por outro lado temos a redução em impostos municipais, politicamente assumidas no sentido de fixar pessoas e empresas. Nós temos os IMI’s no mínimo, o IRS com a devolução dos 5% que é a taxa máxima, não temos derrama para as Empresas. Reconhecemos o apoio social indireto às famílias do concelho, nomeadamente no abastecimento público, redes de salubridade, transportes, manutenção de sistemas urbanos, etc..cujas taxas e tarifas são deficitárias.*-----

*Mas neste momento para além da receita dos Municípios com territórios com baixa densidade, não apenas populacional mas também baixa densidade de atividade a todos os níveis, ficamos com uma receita do Orçamento de Estado e depois com a imaginação e a capacidade que só a experiência dá, de abordar os fundos comunitários e é por isso também que no nosso Plano começam já a aparecer alguns projetos que apontam aos fundos do novo quadro comunitário. Quando se refere Planos para a Inclusão, Combate ao Insucesso Escolar, Eficiência Energética, Utilização Eficiente dos Recursos, dinamizar Atividades, utilizar os equipamentos e o património que nós temos, estamos a falar do novo quadro comunitário e é por isso que é das receitas que temos, do conhecimento que temos do território, da capacidade que temos de perceber o que é que há à disposição em Portugal e na Europa que nós temos de encaixar o nosso Plano e o nosso Orçamento.*-----

*Isto tudo tendo sempre como objetivo principal fixar pessoas através da dinamização económica e através da exploração sustentável dos nossos recursos. É essa ideia e essa matriz que nos leva a apresentar este Orçamento.*-----

*Há um compromisso que a Câmara tem com as Juntas de Freguesia, pois se nós queremos que as Juntas de Freguesia sejam o prolongamento, os braços, a extensão de proximidade em cada uma*





B

*das localidades e levar qualidade de vida àqueles que cá estão e dar a possibilidade a outros que venham para cá, devemos manter estes pactos de confiança com as freguesias. Após todas estas mudanças de paradigma e legislação, nós entendemos que é possível colaborar e trabalhar através das três figuras: Os Acordos de Execução, os Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e o Regulamento de Apoio às Freguesias.*-----

*O trabalho de motivação e de captação de interesses para o nosso Concelho é primordial e essa tarefa vou continuar também a desenvolvê-la e conto com a colaboração de todos, aliás no espírito que referencie no lançamento do Fórum da Rede Sabugal Primus* -----

*Para além das Juntas de Freguesia temos de olhar para o movimento associativo, pois através das suas realizações e atividades consegue ir à essência de cada uma das Freguesias e desenvolver processos de captação de pessoas e atividades, e por isso vamos continuar a apoiar o movimento associativo. Todos sabem que se não for a Câmara a ter as várias torneiras abertas quer para as associações desportivas, associações humanitárias, quer para outras, o exercício reflexivo da cidadania perde-se.* -----

*É desta forma que conseguimos equilibrar um orçamento a ser apresentado perante vós. Estou disponível para esclarecer qualquer questão que pretendam colocar.”* -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Malcata**, depois de cumprimentar os presentes e desejar boas festas a todos, usando da palavra e quanto ao Orçamento apresentado disse ter reparado com agrado na rubrica 040050102, onde continha um aumento de mais de 100% relativamente ao ano de 2015. Disse tratar-se de uma rubrica relacionada com as Freguesias do Concelho. Era um sinal de confiança para com as Freguesias e que o trabalho desenvolvido pelas mesmas em prol da sua população era feito com competência, dignidade e honestidade, o que valorizava ainda mais as Freguesias. Competia agora às Freguesias demonstrar à Câmara Municipal que eram merecedores dessa confiança e o que o dinheiro atribuído a cada freguesia tinha melhor aplicação em benefício da população que representavam. Não estavam contentes com o aumento que tinha havido, mas dentro das possibilidades achava que estava muito bem. -----



**Carlos Luiz** disse: “O debate fulcral durante todo o ano é sem dúvida o debate sobre o Orçamento Municipal. Verificamos o seguinte: Nós temos um quadro comunitário de apoio que é o mais vantajoso de sempre para Portugal. Vemos que a Lei das Finanças Locais, apesar de tudo, continua a ser uma Lei solidária, perante todo o quadro em que vivemos quer a nível nacional quer a nível europeu. -----

As futuras gerações interrogar-se-ão, porque nunca o Poder Local e as regiões Autónomas tiveram tanto capital à disposição como irão ter nestes próximos quatro anos. Isto é o chamado Programa 2020 da União Europeia e há mesmo quem diga que esta poderá ser a última oportunidade numa Europa em convulsões, indecisões e que diariamente nos surpreende pela negativa. Por isso o poder local, nacional, regional e autónomo deve estabelecer critérios de prioridade na captação dos dinheiros em crescimento sustentado e por forma a preencher o espaço nas regiões do interior. Foi com agrado que ouvi o Presidente de Câmara dizer que queria fazer parcerias com as Universidades e com os Institutos. Salvo melhor opinião e com toda a humildade essa também é a minha opinião e peço-lhe como Membro desta Assembleia e como cidadão deste Concelho que siga esse caminho por forma a preenchermos o espaço de desertificação, para que este espaço não seja de terceira idade mas sim de massa crítica de jovens e que atraia para aqui mão-de-obra qualificada e não a emigração constante e permanente que desde o pós-guerra este Concelho tem sido vítima. Assistimos à elaboração do PEDI que tenho aqui comigo, o qual é sem dúvida o recalcitrar de muitos estudos feitos há cerca de trinta anos. Invoco aqui o nome de António Paulo Louro, um dos cidadãos da Beira Interior que muito fez por esta região e levou a cabo as três jornadas da Beira Interior, a Universidade de Salamanca, a Universidade de Coimbra, a Escola Superior de Castelo Branco, o Politécnico da Guarda e toda a massa crítica da Beira Interior, a inventariação está feita. Urge encontrar soluções, temos matéria crítica no nosso Concelho, há dinheiro disponível. Senhor Presidente quando aqui citou que há investidores no nosso Concelho, fico satisfeito e quero felicitá-lo por isso. Quando uma iniciativa é positiva ter-me-á ao seu lado, como anteontem mandei um telegrama ao Presidente da Câmara de Pinhel a felicitá-lo pela criação de 250 postos de trabalho de uma fábrica de calçado para Pinhel e uma outra de um emigrante de Pinhel que vai investir ali em peças ligadas à aeronáutica, sendo no total cerca de 270 postos de trabalho. Isto sim é afirmação do Poder Local. Quero felicitá-lo se estes 60 postos de trabalho forem criados. --- Quando olho para o Orçamento, receita e despesa verifico que todos os Concelhos da Beira Interior, fronteiriços, não têm sustentabilidade, isto é, se não for o Poder Central a ser solidário, só para manter os equipamentos construídos com uma durabilidade em média de 8 a 10 anos, na maioria ligados ao poder local e submetidos a um clima adverso, só a manutenção desses





*equipamentos irá absorver os futuros orçamentos camarários, se a Lei das Finanças Locais continuar a ser a mesma e a Europa continuar a brindar com apoios. -----  
Termino dirigindo-me ao Senhor Presidente da Câmara, para lhe dizer que tudo o que seja criar postos de trabalho para fixar pessoas ter-nos-á ao seu lado mas tudo o que seja para consumo desnecessário e adverso evidentemente que não poderemos apoiar. Felicito-o pelos postos de trabalho que aqui foram anunciados e se for possível, se houver uma inauguração de uma empresa, seja aquilo que for na criação de um posto de trabalho, eu próprio deslocar-me-ei como um simples Município e cidadão para o aplaudir e estarei sempre do lado do executivo.” -----*

**Luís Gonçalves** usando da palavra proferiu as seguintes palavras: *“Hoje ao contrário do que tem vindo a ser habitual nas minhas intervenções, não venho para criticar mas sim para apelar. -----  
Aliás, houve um compromisso pessoal meu numa das últimas Assembleias que estaria no momento de começarmos a construir e as construções têm que ser sólidas e em rede. As construções partem, de todos, dos que estão no poder e daqueles que não estão mas necessitam de ser ouvidos. Senhor Presidente, em boa hora e a determinada altura, aquando do momento em que deu nota do Plano Estratégico teve uma ideia fantástica que aplaudí que foi precisamente auscultar os Sabugalenses, pôr à consideração de todos, as várias formas de valorizar e de responsabilizar. -----  
Em relação à Bi Silque, empresa que bem conheço, quero-lhe agradecer por criar estes postos de trabalho. Sei que muito se tem empenhado no âmbito de outras iniciativas que concretizarão a breve trecho. -----  
Para mim este Orçamento fica muito curto no sentido de não contemplar o Orçamento Participativo. Esta é a mensagem que queria deixar, porque tanto se fala de redes e de formas comuns de discutir, dar oportunidade e dar voz a quem não a consegue ter.” -----*

**Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** começou por referir que não comentaria tecnicamente o Orçamento por não ter competência para tal, no entanto ficara impressionado com os milhares de milhões parecendo haver excesso de exuberância de dinheiros públicos no subsídio – dependência do Concelho, pois por tudo e por nada era atribuído um subsídio. -----

Após ter sido concedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Assembleia**, o Senhor **Presidente da Câmara** relativamente às intervenções feitas disse que deveria seguir-se o caminho da construção positiva, porque cada vez *“somos menos para nos juntarmos e levarmos isto em frente.”* Quanto à questão das Juntas de Freguesia, focada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malcata, prendia-se muito com a questão da subsidiação. Em determinados momentos se a Câmara não tiver



a capacidade de se envolver e colaborar as associações cairiam. Queremos associações sólidas mas chegará o momento em que as associações têm de perceber que têm de ser mais responsáveis na apresentação da justificação dos dinheiros públicos gastos nas suas atividades. O nosso Regulamento de Apoio ao Associativismo obriga a, quem se recandidata a subsídios, a apresentação do Relatório de Atividades.-----

Relativamente ao Portugal2020 não estava de acordo com as palavras ditas na intervenção do Senhor Carlos Luiz, porque efetivamente não havia muito dinheiro para os Municípios. De acordo com a capacidade de cada um dos Municípios, era importante criar condições, mecanismos e entidades estratégicas que colaborem com o Município na obtenção de Fundos Comunitários. Não será possível obter fundos comunitários se o Município não fizer parcerias com escolas, associações empresariais, florestais, as várias entidades, empresas, as forças do Concelho para em colaboração conseguirem atacar esta ou aquela vertente. Os Municípios *de per si* estavam cada vez mais isolados na possibilidade de financiamento comunitário. -----

No que ao Orçamento Participativo dizia respeito, referido pelo Senhor Luís Gonçalves, estava contemplado nas atividades mais relevantes constante do Plano e Orçamento. Tratava-se de um reflexo da vontade manifestada por muitos, incluindo o Senhor Luís Gonçalves. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar o Orçamento do Município para 2016**, com o seguinte resultado: -----

**Votos a Favor:** 37-----

**Votos Contra:** 11-----

**Abstenções:** 6 -----

O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Votei este Orçamento favoravelmente porque o considero equilibrado.” -----





**PONTO 6 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016-2019; -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Assim, disse que na sequência da exposição feita aquando da apresentação do Orçamento iria fazer uma abordagem das atividades mais relevantes. -----

*“Antes de iniciar a apresentação propriamente dita, quero dar os parabéns ao trabalho desenvolvido na Câmara, pois pela primeira vez, e não sendo premeditado mas por uma questão de transparência, o Orçamento era acompanhado de um manual de procedimentos relativamente à efetivação e execução do Orçamento. É uma forma nova e quero deixar os agradecimentos prestimosos pelo trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Câmara Municipal. -----*

De seguida disse que conjugando tudo o que já referira e tendo em conta:-----

1. *Disponibilidades financeiras do Município; -----*
2. *Candidaturas ao quadro comunitário; -----*
3. *Capacitação que temos nas Juntas, Associações e na Câmara para responder a esses desafios; -----*
4. *Atratividade e o potencial endógeno do nosso Concelho. -----*

*São estes quatro pontos que temos de explicar aqui.”* De seguida deu alguns exemplos, nomeadamente: -----

*“Estamos a iniciar um projeto na sequência do Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal da Infraestruturação da Barragem do Sabugal. Aproveito a oportunidade para vos informar que a variação do nível de água entre o Inverno e o Verão na nossa Barragem é enorme. Colocada esta questão ao dono da Barragem que é a Direção Geral de Agricultura, (embora saibamos que uma Barragem como esta deve ter capacidade para abastecimento humano, produzir energia, ser fonte e espaço de lazer e irrigar a Cova da Beira) e lhes faço uma abordagem sobre o assunto referindo a necessidade de fazer um controlo de água bem como implementar outros mecanismos de controlo da reserva foi dada como resposta que a Barragem foi construída para irrigar e não para o lazer, produção de energia nem para o consumo humano. Assim tem de se desenvolver um processo de*



*reivindicação por forma a conseguirmos que a Barragem não sirva apenas para o Regadio da Cova da Beira mas para podermos ter a Barragem ao serviço do Concelho. -----*

*Outro emblema que tem de ser dinamizado é o Parque Termal do Cró. -----*

*Também poderiam retirar vantagens pela integração nas Aldeias Históricas de Portugal, com a Freguesia de Sortelha. O facto de estarem integrados nos Territórios do Côa e do Vale do Côa que tinha o seu potencial mais para norte mas com o nosso património natural e edificado teriam de tirar partido disso e ter uma Carta Europeia do Turismo Sustentável. -----*

*É importante termos de fazer o encaixe com os fundos comunitários. Temos algumas frentes de trabalho, nomeadamente as Aldeias Históricas, Territórios do Côa, Termalismo, a Rede das Judiarias e temos ainda um conjunto de ativos que valorizamos no nosso Plano e Orçamento.” ----*

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Rendo**, depois de cumprimentar os presentes usou da palavra para solicitar a correção de um lapso constante do documento apresentado pois a Quinta do Costa era Freguesia de Rendo e não da Freguesia de Vila Boa, devendo haver mais cuidado no futuro. -----

**João Manso** para, relativamente aos postos de trabalho a serem criados no Concelho, perguntar se iria ser um trabalho especializado para uma linha de montagem e quais as habilitações profissionais exigidas? Aproveitou assim a oportunidade para informar da conclusão de alguns cursos profissionais no Agrupamento de Escolas do Sabugal, nomeadamente o de Informática, no qual estavam jovens dos 18 aos 20 anos. -----

**António Gata** disse: “Num ponto anterior aprovámos uma verba de 11.000,00 € para a recuperação de um edifício em Vilar Maior, fiquei muito contente e por isso quero louvar essa iniciativa do Senhor Presidente da União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, também aqui presente. Mas era importante o enquadramento dessa obra numa das vertentes que o Senhor Presidente da Câmara aqui alertou e uma vez que em Vilar Maior temos







*mais do que uma dessas linhas que podiam ser seguidas para dar a essa recuperação, uma dinâmica que é fundamental para uma terra que está praticamente desertificada e que penso que poderá ser um ponto de partida para alguma dinamização da Aldeia.” -----*

**Presidente da Junta de Freguesia de Malcata** para apresentar a seguinte **recomendação** ao Senhor Presidente da Câmara, a qual era feita em nome de um grupo de Presidentes de Junta de Freguesia: *“Um grupo de Freguesias faz uma recomendação ao Senhor Presidente da Câmara para não atribuir, para já, qualquer valor a nenhuma das Freguesias enquanto as regras em vigor, de atribuição do mesmo, não sejam revistas porque as consideramos injustas. Para revermos esta situação este grupo de Freguesias propõe uma reunião com todas as Freguesias do Concelho, a ter lugar no dia 15 de janeiro pelas 18 horas no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho para a discussão deste assunto.” -----*

De seguida disse concordar com as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara quanto à Barragem do Sabugal, mas infelizmente todos assistiam ao transvase da Barragem do Sabugal para a Barragem do Meimão a qual se encontrava sempre cheia. Portanto, eram estes os pontos que tinham de ser explanados ao Ministério da Agricultura. -----

Finda a intervenção o Senhor **Presidente da Assembleia** alertou para o facto de não poder fazer uma recomendação neste ponto da Ordem de Trabalhos, pois a mesma deveria ter sido apresentada no ponto próprio, ou seja, Antes da Ordem do Dia. Aproveitou ainda a oportunidade para, transmitir a todos os Membros da Assembleia e ao Senhor Presidente da Câmara que o ponto em discussão eram as Grandes Opções do Plano sendo este um ponto de estratégia do Município e custava-lhe que neste ponto apenas se estivesse a discutir a criação de 20 ou 30 postos de trabalho e a implementação de um Orçamento Participativo pois este ponto nada tinha a ver com isso. Essas matérias deveriam ter sido discutidas no ponto anterior respeitante ao Orçamento para o Município. Assim e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malcata disse que a recomendação apresentada não teria qualquer valor nem poderia ser considerada. -----

De seguida deu a palavra a: -----

**Joaquim Silva Leal** que começou por dizer que tinha tido alguma dificuldade em usar da palavra depois dos alertas que acabara de fazer. Em relação ao ponto em discussão dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para referir a importância do Município em definir um rumo, pois havia questões no Concelho perante as quais não poderiam esperar pela resolução do Poder Central e



quando fosse preciso utilizar outros meios seria o primeiro a colocar-se ao lado do Senhor Presidente. Continuando disse: *“quero referir-me a um problema que nos envergonha. Existe um paredão na Barragem do Sabugal sendo este um ponto de atração turística aquele paredão envergonha os Municípios do Sabugal. Se não é permitido que os veículos passem no paredão coloque-se um cadeado à entrada. Só vou ao paredão uma vez por ano mas a última vez que fui fiquei desolado. Deixo aqui a recomendação para que no domínio das Grandes Opções do Plano a Câmara também defina um rumo a seguir no relacionamento com o Poder Central.”* -----

Após ter sido concedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Assembleia**, o Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que na apresentação do documento também referira a existência de situações que se esquecera. -----

Quanto ao pedido de retificação solicitado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rendo disse ser do seu conhecimento que a Quinta do Costa pertencia à Freguesia de Rendo, uma vez que era o local onde se encontra implantada a Lactibar. -----

À questão colocada pelo Senhor João Manso disse: *“A Empresa Bi Silque é uma empresa que trabalha a comunicação desde a ardósia mais simples ao quadro eletrónico mais sofisticado. A linha de produtos que querem colocar aqui é precisamente o quadro tripé que é usado nos escritórios com um marcador, ou seja trata-se de corte e assemblagem da linha de produção desse tipo de material. Poderá haver outros mas é dentro dessa área.”* -----

Em resposta à questão da escola de Vilar Maior, colocada pelo Senhor António Gata, respondeu não terem problema em celebrar contratos de comodato de edifícios municipais mas deveria ser seguida uma linha para dinamizá-los e colocá-los ao serviço dos residentes e visitantes, quer na venda de produtos locais, como fizeram em Aldeia do Bispo quer outras situações como era o caso dos Foios, quer ainda em questões de alojamento. Acrescentou ainda o sucesso do trabalho desenvolvido pelas Aldeias Históricas de Portugal por se projetar internacionalmente, havendo por isso muitos Municípios que pretendiam integrar na rede as suas Aldeias para obtenção de uma maior dinamização dos seus Municípios. Na qualidade de Vice-Presidente das Aldeias Históricas informou que estavam a desenvolver uma candidatura *interreg* com os espanhóis que envolvia centros Universitários, Direção Regional de Cultural do Centro e outros Institutos, em que a rede das Aldeias Históricas de Portugal era o exemplo para a criação da rede do lado Espanhol. -----



No que ao uso da água dizia respeito e focado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Malcata informou que os usuários da irrigação da Cova da Beira apenas pagavam uma taxa única, independentemente da quantidade consumida, não existindo contador ou controlo da água utilizada. Era necessário haver uma gestão de água diferente. -----

Quanto ao paredão objeto da intervenção do Senhor Joaquim leal, disse ter pedido à Direção Geral de Agricultura que o paredão fosse aberto, tendo sido recusado o seu pedido com o argumento que um paredão de terra poderia abater não podendo por isso ser permitida a circulação de pesados. Na última reunião que tivera arguira que após o decurso de 15 anos tinha havido consolidação e solidificação suficiente para se poder começar a pensar no trânsito de ligeiros e outros veículos, em resposta disseram que tinha razão e que iriam juntamente com os Técnicos estudar essa possibilidade. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar as Grandes Opções do Plano para 2016-2019**, com o seguinte resultado: -----

**Votos a Favor:** 37-----

**Votos Contra:** 6-----

**Abstenções:** 12 -----

**PONTO 7 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA 2016;** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Assim, disse que o mapa de pessoal contemplava as alterações propostas ao longo do ano de 2015, nomeadamente a questão da internalização dos funcionários da extinta Empresa Municipal, para os quais iria ser aberto concurso para as categorias de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores e também devido a um conjunto de iniciativas de mobilidade interna que tinham sido consideradas ao longo do ano de 2015. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao Senhor **Joaquim Carreto** que depois de cumprimentar os presentes e desejar boas festas a todos, para relativamente à abertura de concurso para a categoria de Técnico





Superior de História perguntar, em concreto, quais iriam ser as suas funções e se havia alguém da extinta Empresa Sabugal + para concorrer. -----

Após ter sido concedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Assembleia**, o Senhor **Presidente da Câmara** disse estar plasmado no documento o compromisso assumido aquando da apresentação do Plano de liquidação com o conseqüente processo de internalização da Empresa Municipal Sabugal+, no qual constava o quadro das competências técnicas de todos os funcionários da empresa o qual integrava também uma Técnica Licenciada em História motivo pelo qual constava no Mapa de Pessoal para 2016 apresentado. Informou ainda que para que os equipamentos funcionassem, era necessário um Técnico de História, tal como tinha sido aprovado na devida altura pela Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, **aprovar o Mapa de Pessoal do Município para 2016**, tendo sido obtido o seguinte resultado: -----

**Votos a Favor:** 48-----

**Votos Contra:** 1-----

**Abstenções:**5 -----

#### **PONTO 8 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL SABUGAL+; --**

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Assim, disse ter sido enviado uma informação contendo a explicação detalhada do motivo da apresentação do presente pedido à Assembleia Municipal. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal por maioria, com um voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais e cinco abstenções, **autorizar a prorrogação de prazo de liquidação da Empresa Municipal Sabugal+, por mais um ano, ou seja, até 31 de dezembro de 2016.** -----







**PONTO 9 - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DATADA DE 28 DE OUTUBRO PARA CONSTITUIÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA; -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. Começou por referir que o artigo 13º da lei n.º 49/2012, de 29 de agosto previa esta tramitação. Na presente data estava nomeado o Chefe de Divisão para esta área mas para se proceder à abertura do procedimento concursal era necessária a constituição de um júri. Para esse efeito foi solicitado às Câmaras vizinhas a indicação de um técnico para integração do júri, pelo que a Câmara apresentava a constituição do seguinte Júri para aprovação, por parte da Assembleia:-----

- “Presidente: Carla Gamboa, Chefe da Divisão Financeira do Município de Trancoso; -----*  
*1º Vogal efetivo: Rita Sofia Guerra da Cruz Teimão Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa do Município da Guarda; -----*  
*2º Vogal efetivo: Teresa Augusta Anjos Fernandes, Chefe da Divisão Financeira e Património do Município da Guarda; -----*  
*1º Vogal Suplente: Maria Laura Felícia Baltazar, Técnica Superior de Gestão do Município de Almeida; -----*  
*2º Vogal Suplente: Maria da Glória da Silva Quinaz, Chefe da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território.” -----*

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo inscrições para intervir, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal por maioria, com um voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, **autorizar a constituição de júri para o procedimento concursal para o Cargo de Chefe de Divisão de Gestão Administrativa e Financeira proposta pelo Senhor Presidente da Câmara.** -----

**PONTO 10 - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (CPCJ); -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia** relativamente ao ponto em análise disse ter dado entrada na Mesa duas propostas: -----





1. Apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista a propor Joaquim António Pires Carreto como representante na CPCJ; -----
2. Apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata a propor Ester Rodrigues Martins Saldanha como representante na CPCJ; -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

**António Luís Miranda dos Santos Serra** usou da palavra para informar que desde o dia 1 de outubro desempenhava as funções de Presidente da Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens em Risco do Sabugal. Após um período com alguma conturbação que culminara com demissão do anterior Presidente e numa atitude de apaziguamento e para que a Comissão não perdesse a sua dignidade e continuasse a cumprir as funções impostas por lei, tinha assumido as funções sendo na presente data um Presidente em regime de transição. De forma a cumprir o estipulado na Lei era necessária a designação por parte da Assembleia de um cidadão eleitor, Membro da Assembleia Municipal para representar este órgão. -----

Não era por mero acaso que no ofício enviado a todos os Membros da Assembleia tinha sido incluído o Ponto 4 “*Garantindo a constituição de comissão interdisciplinar e interinstitucional, manifestamos ainda a necessidade relativamente à integração de um elemento na área do Direito.*”, mas por considerar ser imprescindível a integração de um elemento na área do Direito. Este ponto foi com certeza tido em conta pelos Grupos da Assembleia Municipal, contudo nenhum dos elementos propostos pelos Grupos Municipais tinha formação jurídica. -----

Era tradição que antes da realização da Sessão da Assembleia se indicasse logo o nome com o qual a Comissão iria trabalhar pois para além de integrar a Comissão Alargada este elemento da área do Direito era imprescindível na Comissão restrita. Não tendo sido esse o caminho seguido pelos Grupos Municipais presentes teria de optar pela via da cooptação. -----

Para finalizar a sua intervenção agradeceu publicamente à Santa Casa da Misericórdia do Sabugal, aos seus Corpos Gerentes na figura do Sr.º Provedor que autorizou a cooptação da Dr.ª Sílvia Nabais para integrar a Comissão alargada e restrita. -----





Em relação a este assunto a Assembleia iria pronunciar-se e posteriormente entraria em contacto com uma pessoa na área do direito para integrar a Comissão restrita. -----

**Joaquim Carreto** disse ter uma dúvida relativamente ao ofício enviado e *«ou foi mal elaborado e apresentado indevidamente à Assembleia ou a informação prestada agora é a correta e a que foi enviada é incorreta. O ofício enviado tem 4 Pontos e o Ponto 3 refere: “Considerando a saída da Comissão, por motivos profissionais, da professora Carla Sofia Pires Costa, vimos por este meio solicitar a designação de um novo elemento. Conforme referido anteriormente deverá ser um elemento que preferencialmente possua especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em risco.” Segundo a minha interpretação neste ponto pretendia-se a substituição da professora Carla Sofia Pires Costa. Depois no Ponto 4 do ofício refere: “Garantindo a constituição de comissão interdisciplinar e interinstitucional, manifestamos ainda a necessidade relativamente à integração de um elemento na área do Direito.” A interpretação que falo é que no ofício enviado são solicitados dois elementos, por isso é que não indicamos ninguém da área do Direito. Desculpe mas o ofício está mal feito.»* -----

**João Manso** disse *“O meu colega Joaquim Carreto tem razão no que diz porque no fundo há um elemento a fazer falta na Comissão para substituir a Carla Sofia Pires Costa. Mas como sabe no dia 01-10-2015 entrou em vigor a nova legislação e após a ter lido fiquei com algumas dúvidas, pois em setembro foram designadas 4 pessoas. Não seria necessário, nesta altura, visto que a Comissão mudou de Presidente, e perante o pedido de demissão da Carla Sofia Pires Costa, por motivos profissionais, em vez de designar um elemento designar os quatro elementos.”* -----

**Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira** para relativamente ao esclarecimento prestado pelo Senhor António Serra perguntar se tinha alguém em mente para propor, colmatando assim as necessidades sentidas pela CPCJ. -----

Após ter sido concedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Assembleia**, o Senhor António Serra referindo-se ao ofício enviado e visto já terem sido lidos os seus pontos 3 e 4, procedeu ainda à leitura do seu ponto 2: *“Considerando o exposto na linha l) do artigo 17º da lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, que se constitui como a segunda alteração à lei de proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a comissão alargada é composta por quatro elementos designados pela assembleia municipal, de entre cidadãos eleitores preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.”* -----





Esta Lei prevê ainda que os comissários depois de assumirem funções cumpram o tempo pelo qual são eleitos, pelo período de dois anos, podendo ser renovado por mais duas comissões, isto é os três elementos designados por esta Assembleia Municipal, tinham o seu termo de atuação para lá da vigência do presente mandato. Na altura quando os quatro elementos foram designados, fazia parte da comissão um representante do Ministério da Educação que era Jurista, o Dr.º Carlos Almeida e por isso os assuntos da Comissão estavam sempre salvaguardados. Contudo neste momento estavam elementos da área da saúde, Segurança Social, Instituto de Emprego e Formação Profissional (que ainda não tinha comparecido em nenhuma reunião), entretanto entrou a Dr.ª Aldina Ricardo para a Comissão restrita na sequência de alguns elementos que integravam esta Comissão terem saído. No momento a Comissão restrita estava a funcionar com o mínimo de elementos permitidos por lei. -----

Como Presidente da CPCJ informou que não prescindia de um elemento na área do Direito. -----

Foi ainda concedida a palavra ao senhor **Joaquim Carreto** que afirmou ter percebido que a eleição que iria decorrer seria nula. Porque será mais um elemento que posteriormente será substituído por outro elemento na área do Direito. O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a votação que iria decorrer seria para integrar a Comissão alargada da CPCJ e posteriormente a mesma Comissão poderia cooptar, se assim o entendesse, mais um elemento na área do Direito para integrar a Comissão restrita da CPCJ. O Senhor **Joaquim Carreto** novamente usou da palavra para solicitar que fossem dados 5 minutos para os respetivos representantes de cada bancada reunirem e apresentarem propostas de um elemento da Assembleia na área do direito, nomeadamente o Senhor Germano Fernandes, Senhor José Robalo e o Senhor Luís Gonçalves. -----

Novamente o Senhor **António Serra** usou da palavra para esclarecer que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco era apenas uma, a qual tinha uma versão alargada e uma versão restrita. Achava muito bem que o Senhor Professor Joaquim Carreto ou a senhora Ester Saldanha integrassem a Comissão na qual iria ter em conta o trabalho desenvolvido na Comissão alargada. ---

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por escrutínio secreto, **nomear o Senhor Joaquim Carreto**, para integrar a Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, tendo sido apurado o seguinte resultado: -----

Lista A (Joaquim Carreto – Proposto pelo PS): 27 -----

Lista B (Ester Saldanha - Proposta pelo PSD): 22 -----

Votos em Branco: 8 -----





**PONTO 11 - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DOS REQUERENTES NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL PREVISTO PELO DECRETO-LEI N.º 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO; -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. A entrada em vigor do Decreto – Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro veio permitir a possibilidade de emissão de licenças de utilização para instalações pecuárias e industriais, pedreiras e outras atividades. Permitia a emissão de licença de utilização para o edificado mas também, para determinadas condições, permitia também a possibilidade de regularização da ampliação das instalações existentes. Tinha sido aproveitada por muitos produtores de agropecuária do Concelho para iniciarem o procedimento de legalização das suas atividades perante a Direção de Agricultura. Para o efeito era necessário ser declarado de interesse municipal por parte da Assembleia Municipal. -----

Terminada a apresentação do documento em análise, o Senhor **Presidente da Assembleia** retomou a palavra para perguntar se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo mais inscrições para intervir, foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal **deliberado**, por maioria, com um voto contra da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais, **reconhecer de Interesse Público Municipal a regularização e/ou ampliação das instalações dos requerentes devidamente identificados nas informações prestadas pela Chefe de Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território, por se revestirem de relevante interesse social e económico para o Município do Sabugal, devendo ser emitidas as competentes Declarações de Interesse Público.** -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, **reconhecer de Interesse Público Municipal a regularização e/ou ampliação das instalações dos requerentes que entreguem o seu processo dentro do prazo legal e estejam devidamente instruídos conforme consagrado na alínea a) do n.º 4 do artigo 5º do Decreto – Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.** -----

**PONTO 12 - ATIVIDADE MUNICIPAL. -----**

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL.** -----





## INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, na sequência de inscrição, deu a palavra a: -----

**Francisco Bárrios**, na sua intervenção, disse: *“Eu e mais meia dúzia de amigos, no meio de uma lancharada em que metia uns copos no Viveiro das Trutas ao analisar este panfleto que aqui tenho alguém disparou com este comentário: “Como é que alguém poderá incorrer em tanta incoerência?” Tudo isto por causa da ausência de menção ao Viveiro das Trutas. Já fiz uma intervenção destas há vários anos, quando ainda era Membro da Assembleia Municipal e na altura o Presidente da Câmara não me deu razão mas também não a retirou, o que me levou a concluir que tinha mesmo razão. O Viveiro das Trutas tem um restaurante mas também tem uma zona envolvente e isso tem de ser incluído nos panfletos e roteiros do Concelho.”* -----

**Joaquim Simões dos Santos**, na sua intervenção, começou por dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara e após a resposta que ouvira dar ao senhor António Gata, sobre Vilar Maior, com a qual ficara muito satisfeito. Nessa sequência e sobre a preservação do património referiu-se a algumas situações existentes em Vilar Maior que causavam grande preocupação, nomeadamente: -----

1. Capela de Nossa Senhora do Castelo na qual urge uma intervenção de recuperação do património histórico; -----
2. Era também urgente desviar o trânsito de pesados da Ponte, porque poderia colocar em causa a sustentabilidade dessa edificação; -----
3. A Rede das Judiarias, tendo sido referida na intervenção do Senhor Presidente da Câmara a intenção de trabalhar nessa área; -----
4. O Museu sofrera uma intervenção no entanto estava espoliado do seu espólio. Assim perguntou quando é que o espólio do Museu iria retornar ao seu espaço próprio. -----

De seguida e fora do âmbito do património referiu-se à iluminação pública, mais propriamente no Largo Principal de Vilar Maior, onde a iluminação era deficitária ou quase nula. -----





**Virgílio Janela**, usou da palavra, para relativamente à Zona Empresarial do Alto do Espinhal colocar as seguintes perguntas: -----

1. Qual a situação atual das duas empresas que iniciaram atividade nessa zona? -----
2. Qual o plano de expansão para aquela área? -----
3. Para além da limpeza ou desmatção feita naquela área antes de ter deflagrado o incêndio foram feitos cortes de algumas árvores implantadas em propriedade privada. -----

**José Soares Teles**, começou por informar que entregara ao Senhor Presidente da Câmara um dossiê contendo 10 pontos. -----

Dirigindo-se ao Senhor Vereador da Cultura, disse nunca o ver na rua e por ter um papel muito importante como Vereador da Cultura Social esperava que no próximo ano tivesse mais trabalho. No Verão passado tiveram graves incêndios no Concelho, por isso solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que lhe fizesse um relato sobre os prejuízos e as indemnizações dadas aos Municipais. -- De seguida e em relação à Barragem do Sabugal subscrevia as palavras proferidas pelo Senhor Joaquim Leal. Informou que tinha entrado em contacto com um Engenheiro de Lisboa que perante a exposição que fizera do problema foi-lhe respondido que não havia dinheiro para execução do projeto. -----

**Paulo Leitão Batista**, usando da palavra disse ser do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara que o Instituto Politécnico da Guarda e a Universidade da Beira Interior em parceria com algumas Câmaras Municipais, nomeadamente a Câmara da Guarda, Manteigas, Celorico, Fornos, Gouveia e Seia estavam a preparar a candidatura do território que envolvia a Serra da Estrela e a própria Serra da Estrela à criação do Geoparque Estrela na figura dos Geoparques que acolhe a Unesco, à semelhança do Geoparque do Tejo, onde está integrado Castelo Branco, Idanha, entre outras terras como Penamacor que aderiu recentemente. Via com estranheza que o Sabugal não fazia parte deste processo de candidatura. Sabia estar a ser feita qualquer coisa em relação a Malcata juntamente com Almeida e Penamacor. Preocupava-o que o Sabugal não estivesse atento ou com que estivesse com alguma estratégia bem pensada mas repetia o erro cometido há alguns quando não aderira à região de Turismo da Serra da Estrela. Por teimosia de alguns autarcas só muito tardiamente o sabugal tinha aderido à Região de Turismo da Serra da Estrela e tinha perdido





por essa morosidade. Considerava importante o Sabugal aderir ao Geoparque Estrela e por isso pediu que, se fosse possível, o Senhor Presidente da câmara lhe facultasse essa explicação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** que, em resposta à questão colocada pelo Senhor Francisco Bárrios, disse concordar com a intervenção feita, pois para si os espaços naturais e privilegiados do Concelho deveriam fazer parte das brochuras e das edições que o Município desenvolva pelo que iria aferir a situação apresentada. -----

Pelo Senhor Joaquim Simões dos Santos foram abordadas algumas preocupações relativamente a Vilar Maior, tendo agradecido as questões levantadas e relativamente à preservação do património e quanto à situação específica da Capela informou que recentemente estiveram no Sabugal representantes da Direção Regional de Cultura do Centro, entidade responsável por supervisionar o património histórico, tendo juntamente com a Senhora Vice-presidente da Câmara e alguns técnicos Municipais visitado Vilar Maior bem como outros edificadados existentes no Concelho e comprometam-se a desenvolver um projeto de consolidação daquele espaço e devido à falta de disponibilidade financeira dos Ministérios pediu que fosse apresentado o devido projeto que a Câmara Municipal suportaria o encargo financeiro com a execução do mesmo. -----

A questão da Ponte era mais complicada mas os Serviços da Autarquia estavam a desenvolver o projeto da Variante por forma a retirar da ponte os veículos pesados.-----

Relativamente ao processo da Rede de Judiarias anotara a questão e posteriormente daria informações sobre o decorrer do processo. Tinha conhecimento que Vilar Maior tinha um conjunto de edificado e situações que poderiam ser estruturados na rede. -----

O Museu era um dos processos em aberto e de facto apenas agora juntamente com os Técnicos Municipais ligados ao Museu tinham conseguido desenvolver trabalho e pensava que agora seria concluído com a maior brevidade. Havia no entanto um problema enorme com a humidade que atrasara o desenrolar das atividades. -----

Por fim e quanto à iluminação teria de verificar a situação, pois os candeeiros tinham sido colocados no âmbito da requalificação. -----

Relativamente ao parque invocado pelo Senhor **Virgílio Janela** disse estar a ser elaborado o projeto de loteamento pelo que agradecia que se deslocasse aos Serviços da Câmara para verificar quais eram os Lotes e o que estava ainda para integrar ou adquirir nessa zona. Quando os





✍

proprietários não procediam à devida limpeza dos terrenos a Câmara tinha de o fazer, pelo menos na envolvente e respeitando uma largura de 50 metros conforme imposto por Lei. A Câmara no parque referido tinha a obrigação de executar a limpeza. Quanto às Empresas implantadas nos Lotes dispunha de informação quanto ao CIRVA, tratando-se de uma empresa apetecível, não é um negócio apetecível no modelo em que está, pois tem sido muito difícil concentrar os resíduos de demolição de todos os Municípios que integram a Associação de Municípios da Cova da Beira. Da outra empresa dispunha apenas informação quanto dos projetos e processos de investimento que tinham sido entregues nos serviços da câmara. Há também uma empresa da área da energia que manifestou intenção de se instalar na Zona de Localização Empresarial.-----

Em resposta à intervenção do Senhor José Teles apenas disse que todos deveriam ser Engenheiros sociais, pois no fundo todos pretendiam qualificar e dar dignidade à Cidade do Sabugal. -----

Por último e em resposta à intervenção feita pelo Senhor Paulo Leitão Batista esclareceu que o Parque Naturtejo permitia uma ampliação de 10%, tendo por esse motivo integrado parte do Município de Penamacor. De facto tem sido difícil uma diferenciação do que é o produto Estrela e o produto Malcata e o produto Gata-Malcata que se encontra localizada do outro lado da fronteira. Manifestou muitas dúvidas quanto à continuidade do processo poder envolver o Sabugal e o Fundão, pois isso representaria no futuro a junção do Naturtejo e Serra da Estrela, de difícil aprovação. O Sabugal obtém mais benefícios ao desenvolver o Gata-Malcata/ Terras do Lince. Considerou no entanto, não haver incompatibilidade entre o CETS e o Geopark, ou mesmo a Reserva da Biosfera a trabalhar no âmbito da associação das Aldeias Históricas. -----

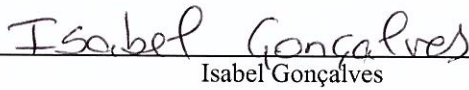
Findas as intervenções e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão** eram vinte e uma horas e dez minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Isabel Gonçalves, Técnica Superior que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A

O Presidente da Assembleia,

  
Manuel Augusto Meirinho Martins

A Técnica Superior,

  
Isabel Gonçalves

